

Panorama das dinâmicas social e demográfica no Brasil no início do Século XXI

José Eustáquio Diniz Alves*

George Martine*

Resumo

O Brasil tem passado por grandes transformações econômicas, sociais, demográficas e culturais. Depois do fracasso da década perdida (anos 1980) e do baixo dinamismo da década de 1990, o País voltou a apresentar crescimento econômico na primeira década do *Século XXI*. Ao contrário de outros momentos, o crescimento recente aconteceu em um quadro de redução da pobreza e de diminuição das desigualdades sociais. Este texto tem o objetivo de traçar um panorama da dinâmica econômica, social e demográfica do País, com especial atenção para os dados da década que se encerrou no ano de 2010, o que também coincide com o fim do ciclo dos oito anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O texto apresenta o quadro de redução da pobreza no Brasil, com a melhoria do mercado de trabalho, a recuperação do poder de compra do salário mínimo e principais políticas sociais de proteção social: BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, que foi definido na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, o Programa Bolsa Família e a questão da segurança alimentar. O Brasil vive um bom momento demográfico e econômico e, mesmo ainda estando distante das condições ideais, poderá dar um salto histórico no sentido de melhorar a qualidade de vida se houver um projeto nacional para superar os principais gargalos da economia brasileira.

Palavras-chaves: Desenvolvimento econômico, demográfico e social; políticas públicas; e Brasil.

* Professor Titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG, pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP.

** Sociólogo e demógrafo canadense dedicado aos temas do desenvolvimento social, população e meio ambiente na América Latina e especialmente no Brasil. PhD da Universidad de Brown nos EUA.

Introdução

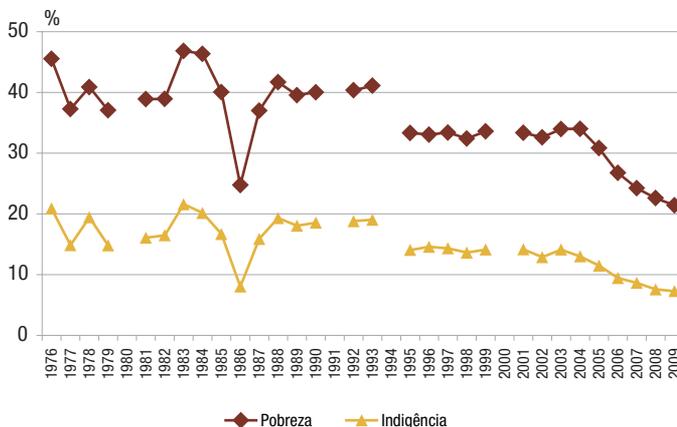
Depois da crise econômica e social da década perdida (anos 1980) e do baixo crescimento da década de 1990, a economia brasileira voltou a apresentar um ritmo mais acelerado de aumento do PIB na primeira década do Século XXI, que ficou em 4,5% ao ano no período 2004-2010. Do ponto de vista populacional, o País está vivendo as suas menores taxas de dependência demográficas da história, o que ajudou do ponto de vista econômico. O crescimento econômico, mesmo não resolvendo todos os problemas, possibilitou uma sinergia com os avanços políticos e sociais, contribuindo para a superação de vários entraves ao desenvolvimento inclusivo. Se por um lado as perspectivas brasileiras de crescimento econômico geram um otimismo moderado, por outro o aumento do mercado interno tem atraído capitais externos, o que provoca valorização cambial e agrava os problemas da chamada “desindustrialização”. Também traz desafios maiores para a proteção do meio ambiente e da biodiversidade. O importante a destacar é que a primeira década do atual século foi melhor do que as duas últimas décadas do século passado, descortinando a possibilidade de erradicação da pobreza. Mas este processo só terá avanços se houver um modelo de desenvolvimento com base em um projeto nacional que beneficie toda a população do País.

Panorama social: redução da pobreza e da desigualdade de renda

A pobreza sempre fez parte da história brasileira. Sendo um fenômeno multi-dimensional e complexo, existem diversas maneiras de se medir a pobreza. Nosso objetivo neste item é analisar a evolução recente das parcelas da população abaixo da linha de pobreza e de indigência¹, segundo as séries do IPEADATA (2010). O Gráfico 1 mostra o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior à linha de pobreza e igual ou inferior à linha de indigência ou extrema pobreza, para o Brasil, entre os anos de 1976 e 2009. Nota-se que o percentual de pobres no País se manteve em torno de 40% até 1993, com um pico de 47% quando da desvalorização cambial de 1983 e um vale de 25% do ano de 1986, quando houve uma redução brusca da pobreza em decorrência do congelamento de preços do Plano Cruzado, do

¹ A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. Os dados são apresentados somente para os anos em que houve a aplicação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Gráfico 1 Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior às linhas de pobreza e indigência, Brasil: 1976-2009



Fonte: IPEADATA, 2009, com base nos dados das PNADs do IBGE.

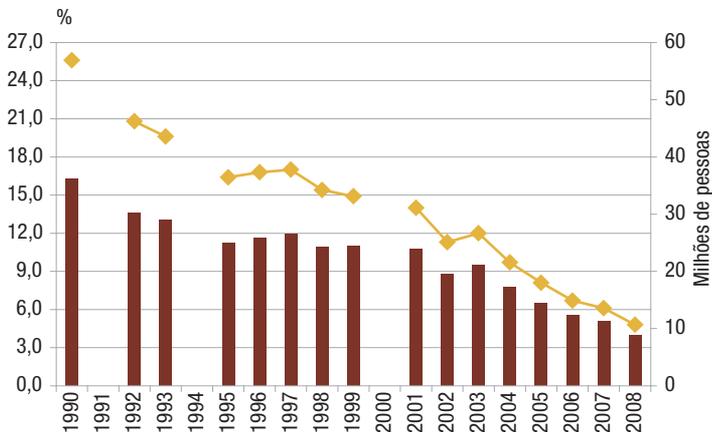
Nota: não houve aplicação da PNAD nos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000.

governo Sarney. Mas em 1988 a pobreza já tinha voltado para os níveis históricos acima de 40%. Somente após o Plano Real, de 1994 (governo Itamar Franco), houve uma queda mais consistente da pobreza, que perdeu no governo Fernando Henrique Cardoso, possibilitando que os níveis ficassem pouco abaixo de 35% entre 1995 e 2003.

Contudo, a queda mais consistente da pobreza aconteceu nos anos recentes, pois o percentual se encontrava em 34% em 2003, caiu para menos de 30% em 2006 e manteve a queda até atingir o recorde de baixa de 21,4%, em 2009. O percentual de pessoas que se encontrava em situação de extrema pobreza (indigência) variou entre 15 e 20% entre os anos de 1976 e 1993, com exceção de 1986 quando houve uma redução abrupta e artificial dos preços de bens e serviços. Com o Plano Real e a estabilidade monetária, a extrema pobreza ficou abaixo de 15% no período 1995 a 2003. Uma nova queda consistente aconteceu a partir de 2004, e, pela primeira vez, o percentual de pessoas indigentes ficou abaixo de 10%, em 2006 e chegou a 7,3% em 2009. Ou seja, a pobreza e a indigência continuou caindo mesmo com os impactos da crise econômica mundial e com a redução do PIB *per capita* no Brasil. Em grande parte, isto se deve às políticas sociais adotadas e significa também que esta tendência de redução deve continuar no quinquênio 2011-2015.

Em termos absolutos, o número de pobres no Brasil passou de 49,2 milhões em 1995, para 58,3 milhões, em 2003, e só a partir desta data passou a apresentar redução absoluta, chegando a 39,6 milhões de pessoas em 2009, montante equivalente à população da Argentina. O número absoluto de indigentes era de 20,8 milhões em 1995, passou para 24,3 milhões em 2003 e baixou para 13,5 milhões em 2009.

Gráfico 2 Percentagem número absoluto da população vivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia, Brasil, 1990-2008



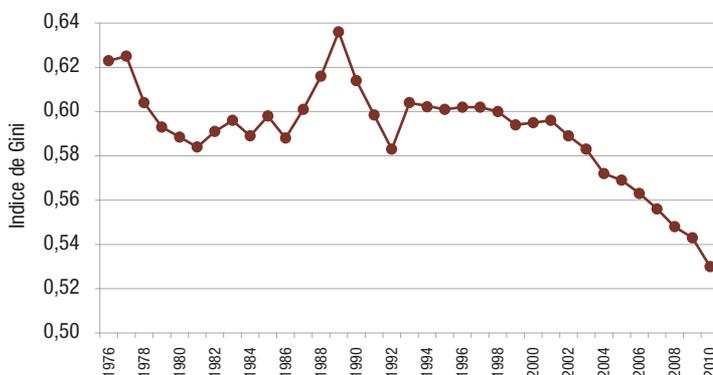
Fonte: Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs, IPEA, 2010.

Portanto, a pobreza e a indigência estão se reduzindo em termos relativos e absolutos e o próximo quinquênio pode apresentar ganhos ainda mais significativos. A redução da pobreza foi ainda maior quando medida em termos de poder de paridade de compra, US\$ PPC 1,25 por dia, de acordo com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, conforme mostra o Gráfico 2.

O percentual da população vivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia caiu cerca de 25% (ou 36,2 milhões de pessoas), em 1990, para menos de 5% (ou 8,9 milhões de pessoas), em 2008. Esta redução de 20% em menos de 20 anos mostra que o Brasil pode reduzir para próximo de zero o percentual de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares PPC antes dos Jogos Olímpicos de 2016. O Gráfico 3 mostra que o coeficiente de Gini, que mede o grau de concentração da renda, sempre foi muito alto no Brasil e chegou ao máximo de 0,64 em 1989, quando ocorreu um processo de hiperinflação no final do governo Sarney. Na maior parte das décadas de 1980 e 1990, salvo algumas variações conjunturais, o coeficiente de Gini no Brasil ficou em torno de 0,60. Contudo, a partir do ano de 2001 (quando o coeficiente estava em 0,596) observa-se uma queda contínua da desigualdade até atingir um coeficiente de 0,543 em 2009, o menor nível desde o início da série.

A queda recente da desigualdade surpreendeu os estudiosos do assunto, já que a permanência da desigualdade parecia um fato impossível de se mudar. Por exemplo, Barros, Henriques, Mendonça (2001) escreveram o seguinte: “A análise atenta do período 1977/99 revela, de forma contundente, que muito mais importante

Gráfico 3 Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita*, Brasil: 1976-2008



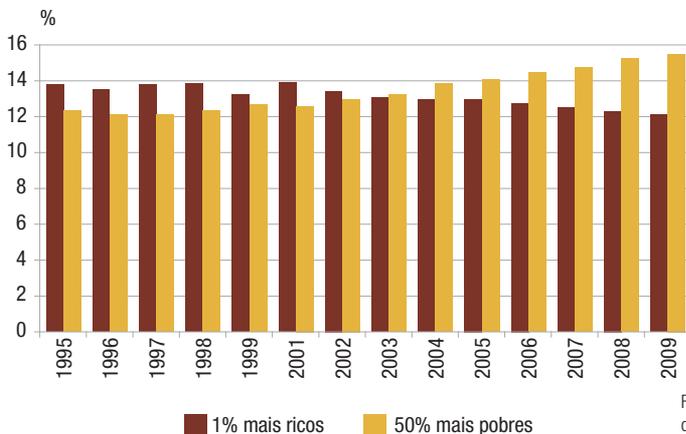
Fonte: IPEADATA, 2010, com base nos dados das PNADs do IBGE.

do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos” (p. 17). Entretanto, em poucos anos o quadro tinha mudado bastante e já surgem estudiosos otimistas com o processo de redução da desigualdade de renda. Segundo Soares (2008) o Brasil está indo no caminho correto:

Os dados indicam que o ritmo de queda da desigualdade no Brasil de 0,7 ponto de Gini ao ano é superior ao ritmo que todos os países analisados seguiram enquanto construíam seus estados de bem-estar social, salvo a Espanha, cujo ritmo foi um pouco superior (0,9 ponto ao ano). Por seu turno, as distâncias que nos separam dos Países-referência escolhidos são seis anos para o México, 12 para os Estados Unidos, e 24 anos para o Canadá. A conclusão geral do estudo é que o ritmo de queda na desigualdade é adequado, mas que o desafio será manter este ritmo por várias décadas para alcançar o nível de desigualdade, por exemplo, do Canadá (p.5).

Outra forma de medir a concentração de renda é apresentando a parcela da renda domiciliar apropriada pelo segmento de 1% dos domicílios com maior renda *per capita* e do segmento de 50% dos mais pobres. O Gráfico 4 mostra que, embora a concentração da renda ainda seja extremamente elevada, ela também vem se reduzindo no período recente. Nota-se que a parcela da renda apropriada pelo estrato de 1% mais rico da população (em torno de 14% da renda total domiciliar) era superior à parcela apropriada pelos 50% mais pobres (em torno de 12%) na

Gráfico 4 Percentagem da renda domiciliar apropriada por segmentos populacionais, Brasil: 1995-2009



Fonte: IPEADATA, 2010, com base nos dados das PNADs do IBGE.

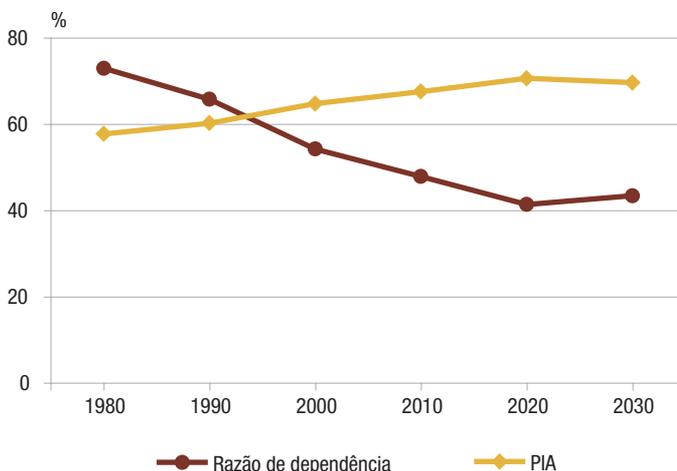
segunda metade da década de 1990. Já na atual década diminuiu um pouco a parcela apropriada pelo estrato 1% mais rico – de 13,9% em 2001 para 12,1% em 2009 – enquanto subiu a parcela apropriada pelos 50% mais pobres – de 12,6% para 15,5% no mesmo período.

Mudanças na estrutura etária e o bônus demográfico

Uma das principais forças que atuaram no sentido de propiciar um ambiente favorável ao crescimento econômico, à redução das desigualdades e da pobreza foi a mudança da estrutura etária da população, provocada pela transição demográfica.

O Gráfico 5 mostra que a razão de dependência demográfica no Brasil vem caindo desde 1980, enquanto a percentagem da população em idade ativa - PIA (população de 15-64 anos) sobre a população total vem aumentando. Segundo Alves (2008), o chamado bônus demográfico ocorre no período em que a PIA (em percentagem) é maior do que a Razão de Dependência (em percentagem). Desta forma, o que se nota é que a diferença entre as duas curvas vem aumentando desde meados da década de 1990 e deve continuar aumentando até 2020, abrindo a janela de oportunidade demográfica.

Gráfico 5 Razão de dependência demográfica e percentagem da População em Idade Ativa (PIA), Brasil: 1980-2030



Fonte: Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050, IBGE, 2008.

A menor razão de dependência demográfica tem efeitos macroeconômicos e microeconômicos. No plano macro, a menor razão de dependência possibilita a melhora da relação entre o número de pessoas em idade ativa e pessoas em idades dependentes. Havendo crescimento econômico e geração de emprego no País, esta situação favorece o aumento da poupança agregada e geração de recursos disponíveis para o aumento das taxas de investimento, condição essencial para a decolagem (*take off*) econômica. Quanto maior o crescimento econômico e a geração de emprego em termos quantitativos e qualitativos (trabalho decente), maior é a formação de capitais e recursos necessários para o crescimento econômico, o investimento em infraestruturas física, social e humana.

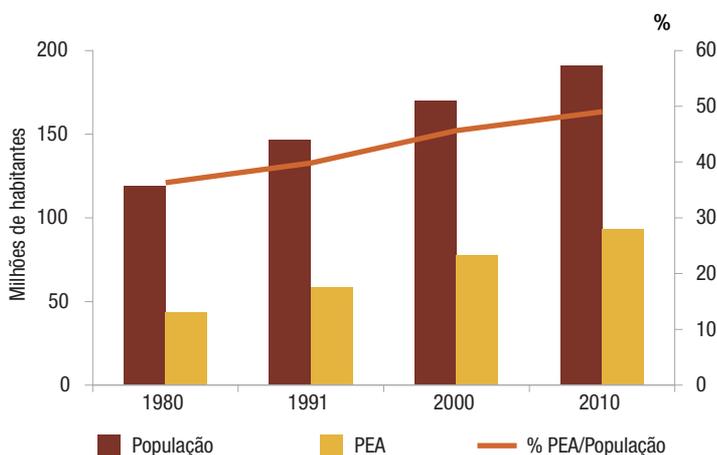
No plano micro, ocorre algo semelhante, pois a menor razão de dependência no seio da família permite que os adultos acumulem recursos para investimento em capital humano em si próprios e nos filhos, melhorando as condições de procura por trabalho produtivo e melhores condições de renda e consumo, rompendo com o ciclo intergeracional de pobreza. O crescimento econômico (com geração de emprego) e o bônus demográfico, quanto ocorrem juntos, formam um círculo virtuoso capaz de romper com o círculo vicioso das armadilhas da pobreza (*poverty trap*). Existem diversos estudos sobre as mudanças na estrutura etária e o bônus demográfico no Brasil e na América Latina, mostrando como a demografia contribui para o desenvolvimento econômico (MARTINE, CARVALHO e ÁRIAS, 1994; CARVALHO e WONG, 1995; RIOS-NETO,

2005; TURRA e QUEIROZ, 2005; HAKKERT, 2007). Por exemplo, o crescimento da PIA e a redução da Razão de Dependência contribuíram para o crescimento dos segmentos de renda média. A pesquisa “A Nova Classe Média”, da FGV, coordenada por Néri (2008), mostra a emergência da nova classe média como um fenômeno que aconteceu paralelamente à redução da pobreza. Em 1993, a classe média (ou classe C), que representava pouco menos de $\frac{1}{3}$ da população brasileira (30,9%), ficou em torno de 36,5% entre 1995 e 2003, passando, entre 2004 e 2008, de 42,26% para 51,89% do total de famílias. Pela primeira vez, o Brasil pode ser definido como um País de “classe média”.

Mercado de trabalho, informalidade e renda

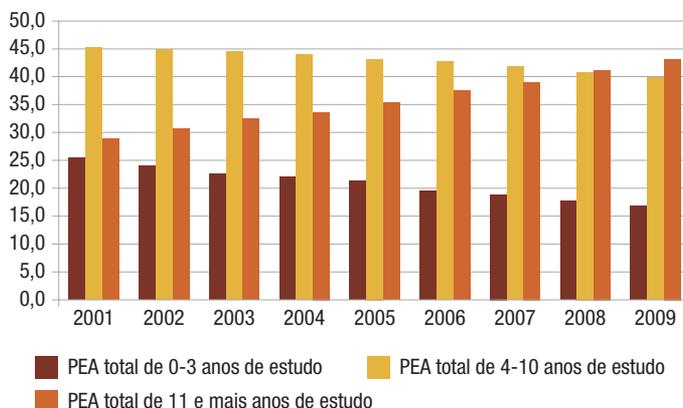
O crescimento econômico – juntamente com a transição demográfica – possibilitou um aproveitamento maior do potencial produtivo da força de trabalho brasileira. O Gráfico 6 mostra que a População Economicamente Ativa (PEA) passou de 43,2 milhões em 1980 (representando 36,3% da população total) para 101,1 milhões em 2009 (representando 53% da população total). Nota-se que o percentual de pessoas ocupadas ou procurando trabalho (PEA) cresceu bastante nas últimas décadas, representando uma elevação do percentual dos “produtores” e uma redução dos “dependentes” no conjunto da população. Isto significa que o mercado de trabalho está

Gráfico 6 População total e PEA, como percentagem da população total, Brasil: 1980-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 7 Percentagem da PEA por grupos de anos de estudo, Brasil, 2001-2009

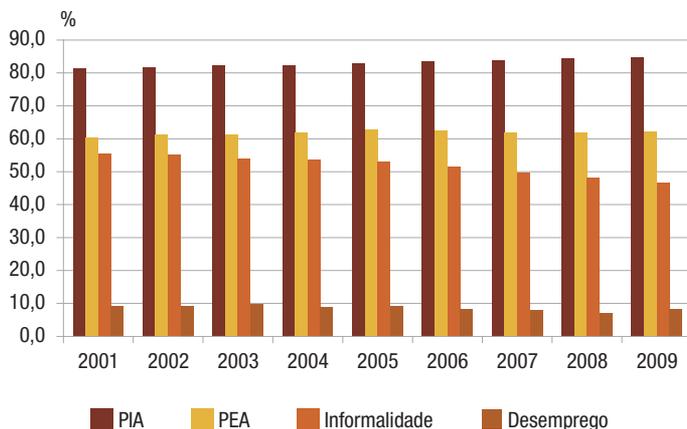


Fonte: IBGE-PNADs 2001 a 2009.

contribuindo para a geração de riqueza e para a redução da pobreza. Segundo o Ministério do Trabalho, com base nas informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregos formais no Brasil passou de 28,7 milhões, em 2002, para 43,5 milhões, em 2010. Nos últimos oito anos houve a criação de cerca de 15 milhões de empregos com carteira de trabalho.

O crescimento do emprego, especialmente aquele com carteira assinada ou com contribuição à previdência, foi responsável pelo aumento da massa salarial, que se manteve estagnada entre 1998 e 2002 (com valor aproximado de R\$ 36 bilhões), mas passou a crescer ano a ano a partir de 2003. Sem dúvida, a trajetória de crescimento do emprego e da massa salarial foi um dos motivos que contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade no chamado “quinquênio virtuoso” (2004-2008) brasileiro. Após a crise de 2009, o nível de emprego e renda voltou a subir em 2010, reforçando o processo de inclusão social. O Gráfico 7 mostra a percentagem da População Economicamente Ativa (PEA), por grupos de anos de estudo, para o Brasil entre 2001 e 2010. Nota-se uma grande redução da PEA de menor escolaridade (de analfabetos até 3 anos de estudo) e também uma pequena redução do grupo de 4 a 10 anos de estudo. Ao mesmo tempo houve um crescimento significativo da PEA com maior escolaridade (11 anos e mais), que passou a ser o maior grupo em 2009. Sem dúvida, uma força de trabalho mais educada é essencial para uma economia mais produtiva e com melhor qualidade de vida para todos.

Gráfico 8 Percentagem da População em Idade Ativa (PIA), da População Economicamente Ativa (PEA), Grau de informalidade sobre as pessoas de 10 anos ou mais de idade e taxa de desemprego, Brasil: 2001 a 2009



Fonte: PNADs 2001 a 2009.
Nota: o grau de informalidade é percentagem de pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas na semana de referência e que não contribuíram para a previdência.

O Gráfico 8 mostra a melhoria do mercado de trabalho na primeira década do Século XXI. Nota-se que a População em Idade Ativa (PIA) e a População Economicamente Ativa (PEA) cresceram em relação à população, enquanto a informalidade e o desemprego caíram. A taxa de desemprego para o Brasil, segundo as PNADs, caiu de 9,3%, em 2001, para 7,1%, em 2008 e apresentou uma pequena elevação, em 2009, por conta da crise econômica. Mas dados mais recentes, para regiões metropolitanas (como veremos mais à frente), mostram que houve uma significativa redução do desemprego em 2010. Neste sentido, os últimos anos da década passada foram marcados pelo crescimento do emprego formal (ganho de direitos legais) e redução do desemprego.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, fornece dados mais atualizados do comportamento do mercado de trabalho, mesmo que para uma área geográfica de menor abrangência. Por falta de espaço não vamos apresentar os gráficos, mas os dados mostram que em dezembro de 2001 a taxa de era de 10,6%, chegou a 12,9%, em março de 2002 e encontra-se atualmente em torno de 6%. A meta 1B dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) convoca os países a: “Alcançar o emprego pleno produtivo e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens”. Esta meta 1B foi acrescida na Cúpula do Milênio + 5 após o reconhecimento de que o pleno emprego e o trabalho decente é fundamental para a erradicação da pobreza e da fome. Embora o Brasil ainda esteja longe de atingir o “pleno emprego decente”, a redução do desemprego tem sido uma conquista importante.

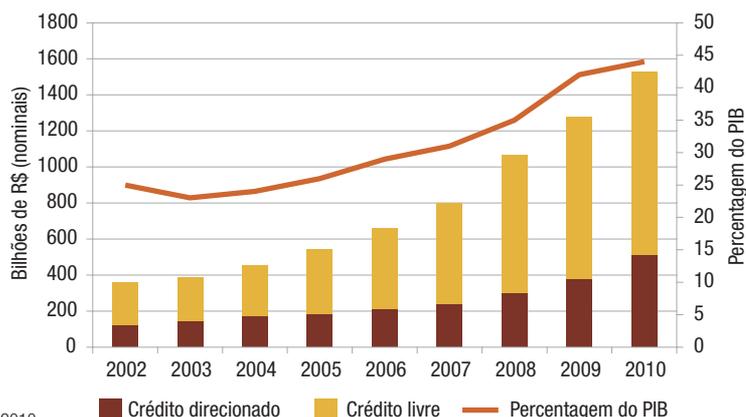
Expansão do crédito e crescimento da classe média

O crescimento do emprego e da renda, conjugado com a redução do desemprego e das desigualdades sociais, tem permitido a formação de um mercado de consumo de massas e o crescimento do poder de compra de parcelas cada vez maior da população brasileira.

O Gráfico 9 mostra o crédito total disponibilizado pelo sistema financeiro nacional (em bilhões de reais) e a sua equivalência em porcentagem do PIB. O total do crédito (direcionado e livre) passou de R\$ 357 bilhões, em 2002 (representando 25% do PIB), para 1,5 trilhão, em 2010 (44% do PIB). Cabe destacar que o “crédito consignado” – que permite aos bancos descontar empréstimos em parcelas mensais retiradas diretamente da folha de pagamentos do assalariado ou do aposentado –, criado em 2004, colocou em circulação dezenas de bilhões de reais, usados para aumentar o consumo popular.

Como já havia acentuado Faria (1989), o acesso ao crédito foi uma das quatro políticas relacionadas com a queda da fecundidade no Brasil. De fato, a ampliação do consumo tem uma relação com a dinâmica demográfica, pois a redução da pobreza e o crescimento da classe média contribuem para reduzir o tamanho das famílias. Arranjos familiares menores e com menor razão de dependência, por outro lado, contribuem para a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, o que

Gráfico 9 Operações de Crédito com Recursos Livres e Direcionados, Brasil, 2002-2010



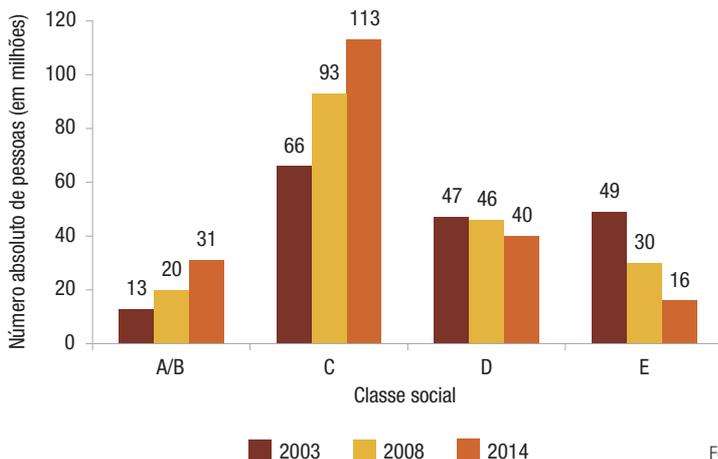
Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

aumenta o poder de consumo das famílias. Existe, pois, uma dupla determinação, com o crescimento do poder de consumo das famílias contribuindo para a redução da fecundidade e o menor número de filhos (especialmente aqueles de 0 a 14 anos) colaborando para maior renda *per capita* da família.

O fato é que houve uma aceleração do processo de mobilidade social ascendente nos últimos anos no Brasil, o que possibilitou o crescimento das classes A, B e C e uma diminuição das classes D e E. O Gráfico 10 mostra que as classes A e B passaram de 13 milhões de pessoas, em 2003, para 20 milhões, em 2008 e devem atingir 31 milhões, em 2014. Estas duas classes do topo da pirâmide de renda e consumo abrigavam 8% da população em 2003 e devem abrigar 16%, em 2014. Já a classe C abarca uma mobilidade social ainda maior. Em 2003 havia 66 milhões de brasileiros na classe C, passando para 93 milhões, em 2008, e deve chegar a 113 milhões em 2014. Em termos percentuais, passou de 37%, em 2003, para 49%, em 2008, devendo chegar a 56% em 2014.

Portanto, no próximo quinquênio, as classes A, B e C devem, juntas, abrigar 72% da população brasileira. Ao mesmo tempo as classes D e E já estão encolhendo, sendo que a maior redução acontece na classe E, que abarcava 49 milhões de pessoas (28%), em 2003, e deve cair para 16 milhões (8%), em 2014. Evidentemente, este processo de ascensão social é positivo, mas o aumento do consumo médio do País aumenta a pegada ecológica do País e tende a agravar os problemas ambientais.

Gráfico 10 Evolução das classes sociais no Brasil, 2003, 2008 e 2014



Fonte: Ministério da Fazenda, 2010.

Existem diversos questionamentos sobre as metodologias para definição das classes sociais a partir de um determinado padrão de consumo e renda. As comparações internacionais são particularmente difíceis. Porém, como indicador de uma certa mobilidade social e de acesso ao consumo a metodologia acima é útil e mostra que o Brasil ampliou o seu mercado interno de bens de consumo e serviços.

Políticas públicas e sistema de proteção social

Sem dúvida, a combinação de crescimento econômico (e do emprego) com as condições demográficas foi essencial para que o Brasil mantivesse taxas de crescimento da renda *per capita*, com redução das desigualdades e da pobreza nos últimos anos. Mas o crescimento dos gastos sociais também foi fundamental e possibilitado pela melhoria nas contas públicas. Os gastos do Governo Federal com juros caíram de 8,5% do PIB, em 2003, para 5,2% do PIB, em 2010. Esta economia de cerca de 3% do PIB possibilitou a ampliação das políticas públicas de proteção social, especialmente em três áreas: a) valorização do salário mínimo; b) aumento da cobertura da assistência social via BPC/LOAS; e c) aumento da cobertura das políticas de transferência de renda, especialmente o programa Bolsa Família.

Valorização do salário mínimo

O salário mínimo (SM) é um dos preços mais importantes da economia brasileira. Segundo o DIEESE (2008) o salário mínimo atinge cerca de 45 milhões de pessoas, sendo cerca de 25 milhões de trabalhadores formais e informais e cerca de 18 milhões de aposentados, pensionistas e beneficiários da assistência social. Em função da mobilização das Centrais Sindicais de Trabalhadores e de Associações de Aposentados, o governo se comprometeu a promover reajustes do salário mínimo nominal acima da inflação, repassando o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como ganho real do SM, além de antecipar a data-base do reajuste.

A Tabela 1 mostra que o salário mínimo foi reajustado em abril de 2002 (ainda no governo Fernando Henrique Cardoso) no valor nominal de R\$ 200,00. Nos dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o SM foi reajustado para R\$ 240,00, em 2003, e para R\$ 260,00 em 2004, com aumentos reais de 1,23% e 1,19%, respectivamente. Em 2005 e 2006 (ano de eleição presidencial) aconteceram os maiores reajustes reais do SM, de 8,23% e 13,04%, respectivamente. Nos

Tabela 1 Valor do Salário Mínimo (SM) e reajustes nominal e real, Brasil: 2002-2013

Mês e ano de reajuste	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200	-	-	-
Abril de 2003	240	20,00	18,54	1,23
Mai de 2004	260	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380	8,57	3,3	5,10
Março de 2008	415	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510	9,68	4,34	5,12
Janeiro de 2011	545	6,86	6,47	0,37
Janeiro de 2012	622	14,13	6,08	7,59
Janeiro de 2013	678	9,00	6,19	2,65
Abr./2002 a Jan./2013	-	239,00	100,68	68,9

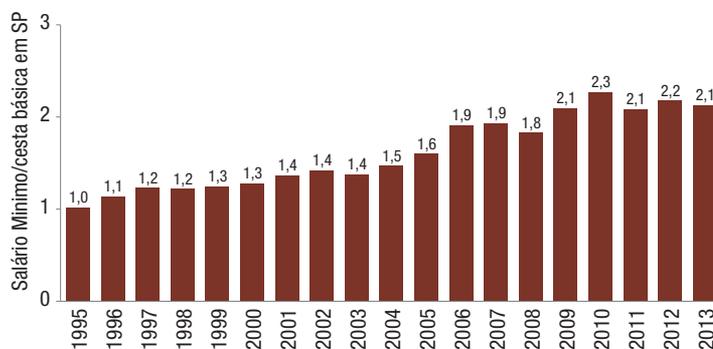
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013.

três anos seguintes, o SM passou para R\$ 380,00 em 2007, R\$ 415,00 em 2008 e R\$ 465,00 em 2009, com ganhos reais anuais de 5,1%, 4,03% e 5,79%, respectivamente. Em 2010, o reajuste foi para R\$ 510,00 e aumento real de 5,12%. Em 2011, o reajuste nominal foi para R\$ 545, mas, praticamente, sem ganho real (devido à recessão de 2009). Os valores do salário mínimo em 2012 e 2013 foram, respectivamente, de R\$ 622,00 e R\$ 678,00.

A data-base de reajuste se reduziu de maio em 2005 para janeiro de 2010. Entre abril de 2002 e janeiro de 2013 houve um aumento real de 68,9% no valor do salário mínimo. O aumento do SM implica também o aumento do valor do seguro-desemprego e do abono salarial. Esta política de valorização do salário mínimo (e dos benefícios a ele vinculados) tem sido defendida como uma política de combate à pobreza e às desigualdades e como uma política keynesiana que visa aumentar a demanda agregada da economia, especialmente em um quadro de crise econômica internacional e de redução do crescimento mundial.

Uma forma de se avaliar o aumento do poder de compra do salário mínimo (SM) é comparar com o valor da cesta básica (conjunto de produtos utilizados por uma família durante um mês, possuindo gêneros alimentícios, produtos de higiene

Gráfico 11 Relação entre a quantidade de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo, São Paulo: 1995-2013



Fonte: Ministério do Trabalho e DIEESE, 2011.

pessoal e limpeza). O Gráfico 11 mostra a relação entre a quantidade de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo, na cidade de São Paulo, entre 1995 e 2013. Nota-se que houve um pequeno aumento do poder de compra do SM entre 1995 e 2003, mas a partir do ano de 2004 os ganhos foram mais consistentes até 2010, sendo que com um salário mínimo em São Paulo se comprava 2,3 cestas básicas, em janeiro de 2010, contra apenas uma cesta básica, em março de 1995. Já entre 2011 e 2013, com o aumento do preço dos alimentos e com a ausência de aumento real, com o salário mínimo se comprava um pouco menos do que em 2010.

O aumento do valor do salário mínimo tem um grande impacto na redução da pobreza e das desigualdades regionais, pois quem mais depende do salário mínimo é a população mais pobre (composta por trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários da assistência social) que está na base da pirâmide de rendimentos do País. Como existe um valor único nacional, o aumento do salário mínimo favorece mais os Municípios pequenos e as Unidades da Federação menos desenvolvidas economicamente, onde o custo da “cesta básica” é menor.

O aumento do valor do salário mínimo tem um grande impacto na redução da pobreza e das desigualdades regionais, pois quem mais depende do salário mínimo é a população mais pobre (composta por trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários da assistência social), que está na base da pirâmide de rendimentos do País. Como existe um valor único nacional, o aumento do salário mínimo favorece mais os Municípios pequenos e as Unidades da Federação menos desenvolvidas economicamente, onde o custo da “cesta básica” é menor.

Aumento da cobertura da assistência social - BPC/LOAS;

Os recursos transferidos no âmbito da seguridade social no Brasil vêm apresentando uma participação crescente na formação da renda das famílias. O crescimento da cobertura e o aumento do valor dos benefícios da seguridade social têm tido um papel cada vez mais destacado no sistema de proteção social no País, especialmente para a população idosa e para as pessoas portadoras de deficiência. O principal benefício da assistência social brasileira é o BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social, definido na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que não tem caráter contributivo e atende à população mais pobre do País, sendo um benefício mensal pago aos idosos a partir de 65 anos de idade ou às pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e uma vida profissional independente.

A origem do BPC/LOAS remonta à Renda Mensal Vitalícia (RMV), que foi criada em 1974, visando garantir uma transferência de renda de $\frac{1}{2}$ salário mínimo a idosos (com mais de 70 anos) e “inválidos” em famílias de baixa renda. Mas na década de 1990, com a aprovação da LOAS, que segue os princípios de universalização dos direitos sociais da Constituição de 1988, o BPC deixou de ter qualquer componente contributivo e passou a cobrir todos os idosos e portadores de deficiência. O valor do benefício dobrou em relação à RMV, passando para um salário mínimo (e se beneficiando dos seus aumentos reais), embora tenha deixado de ser vitalício (o que não acontece na prática), pois em tese os benefícios devem ser reexaminados a cada dois anos (ROCHA, 2008).

A Tabela 2 mostra o número de beneficiários e os recursos investidos no BPC no Brasil, no período de 1996 a 2010. Nota-se um crescimento acima de 16% ao ano no total de beneficiários, sendo que o número de pessoas com deficiência (PcD) cresceu cerca de seis vezes nos últimos 15 anos e o número de idosos subiu quase 40 vezes no período. O ano de 2004 foi o que apresentou maior crescimento absoluto e relativo.

O crescimento dos recursos investidos no BPC foi ainda maior do que o crescimento dos beneficiários, pois os beneficiários em número crescente foram contemplados pelos mesmos ajustes do salário mínimo nacional. A Tabela 2 mostra que os recursos destinados às pessoas com deficiência (PcD) passaram de 148,3 milhões, em 1996, para 1,7 bilhão em 2001 e para 10,4 bilhões em 2010 (crescimento de 70 vezes), enquanto os recursos destinados aos idosos passaram de 24 milhões, em 1996, para 927 milhões, em 2001 e para 9,7 bilhões, em 2010 (crescimento de 402 vezes). No total os recursos investidos passaram de 172 milhões, em 1996, para 20 bilhões em 2010, representando um crescimento de 117 vezes no período.

Tabela 2 Número de pessoas beneficiadas do BPC, por categoria (Pessoas com Deficiência e Idosos), recursos investidos em R\$, Brasil: 1996-2010

Ano	Pessoas beneficiadas			Recursos investidos no BPC		
	PcD	Idoso	Total	PcD	Idoso	Total
1996	304 227	41 992	346 219	148 282 853	24 060 088	172 342 941
1997	557 088	88 806	645 894	674 961 409	94 771 269	769 732 678
1998	641 268	207 031	848 299	912 771 073	221 428 227	1 134 199 300
1999	720 274	312 299	1 032 573	1 107 283 715	425 838 708	1 533 122 423
2000	806 720	403 207	1 209 927	1 360 524 997	640 943 222	2 001 468 219
2001	870 072	469 047	1 339 119	1 767 144 248	926 877 264	2 694 021 512
2002	976 257	584 597	1 560 854	2 176 399 854	1 251 700 370	3 428 100 224
2003	1 036 365	664 875	1 701 240	2 790 381 784	1 742 839 724	4 533 221 508
2004	1 127 849	933 164	2 061 013	3 300 027 494	2 514 255 524	5 814 283 018
2005	1 211 761	1 065 604	2 277 365	4 054 094 729	3 469 766 715	7 523 861 444
2006	1 293 645	1 183 840	2 477 485	5 112 542 025	4 606 245 556	9 718 787 581
2007	1 385 107	1 295 716	2 680 823	5 987 030 235	5 561 314 689	11 548 344 924
2008	1 510 682	1 423 790	2 934 472	7 110 730 320	6 675 058 372	13 785 788 692
2009	1 625 625	1 541 220	3 166 845	8 638 336 138	8 221 076 468	16 859 412 606
2010	1 778 345	1 623 196	3 401 541	10 421 254 104	9 682 778 924	20 104 033 027

Fonte: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm.

Os 2,9 milhões de indivíduos que receberam o BPC não representam necessariamente o mesmo número de famílias, porque podem existir famílias com mais de um benefício, mesmo que ultrapasse o valor de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. Isto acontece porque existem decisões judiciais que consideram que a existência de um benefício na família não deve ser contato para o cálculo da renda *per capita* familiar (WICKERT, 2008).

Evidentemente, a expansão da cobertura e o aumento do valor dos benefícios do BPC/LOAS têm um impacto considerável sobre a redução da pobreza, pois beneficiam pessoas e famílias de baixa renda, principalmente dos municípios pequenos das regiões menos desenvolvidas do Brasil. Ao mesmo tempo, muitos destes beneficiários do BPC passam a ser arrimos das suas famílias, possibilitando um acesso mínimo à renda monetária, que também desempenha um papel de dinamizador relevante (via efeito multiplicador) da atividade econômica em localidades menos desenvolvidas (BARROS, 1999; BELTRÃO, 2005; CAMARANO, 2005).

Aumento da cobertura das políticas de transferência de renda, especialmente o Programa Bolsa Família

Com a crise econômica e a perda de dinamismo do mercado de trabalho ocorridas na chamada “década perdida”, que se estenderam pela década de 1990, os diversos governos brasileiros do período foram ampliando seus programas sociais visando mitigar as condições de pobreza do País. O primeiro programa federal de transferência de renda com condicionalidades, criado em 1996, foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). No ano de 2001, o Governo Federal lançou três programas: o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação e conhecido como Bolsa Escola; o Programa Bolsa Alimentação, gerido pelo Ministério da Saúde (MS), que beneficiava gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade em situação de risco nutricional; e o Auxílio Gás, sob gestão do Ministério das Minas e Energia. Em 2003, foi lançado o Cartão Alimentação, implementado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), visando reduzir as carências alimentares (CAMPOS FILHO, 2007). Para unificar estes diversos programas existentes e responder às questões de segurança alimentar previstas no Programa Fome Zero, foi criado no Brasil, em 2003, durante o primeiro governo Lula, o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (TRC), desenhado para favorecer famílias em situação de pobreza e exclusão social, buscando garantir o direito básico à alimentação e o exercício da cidadania, por meio do reforço ao acesso aos direitos elementares à educação e à saúde, visando contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre as sucessivas gerações. Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos.

O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente. Em 2008, o Benefício Básico, de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais), era pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 69,00 (sessenta e nove reais) por pessoa (pago às famílias mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens). O Benefício Variável, de R\$ 20,00 (vinte reais), era pago às famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais) por pessoa, desde que tivessem crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família podia receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00 (sessenta reais). O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 30,00 (trinta reais), era pago a todas as famílias do PBF que tivessem adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Em 2009, estes valores passaram para: benefício básico (R\$ 68,00), por criança (R\$ 22,00), e ado-

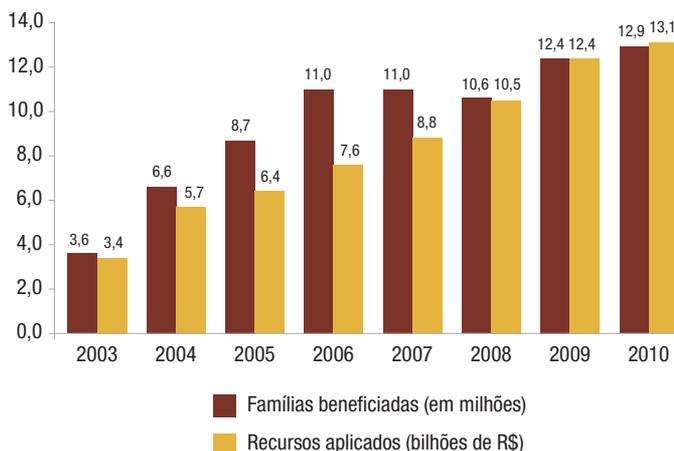
lescentes (R\$ 33,00). Para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, a renda familiar mensal *per capita* é de R\$ 140,00 e R\$ 70,00, respectivamente.

Ao contrário do BPC, que beneficia mais as pessoas idosas e as pessoas com deficiência, o PBF beneficia mais as famílias com filhos até 17 anos. Contudo o valor do benefício é bem menor do que o do BPC e os reajustes não seguem o reajuste do salário mínimo. No ano de 2008, o benefício médio mensal do PBF foi de R\$ 80,00, o que representa cerca de 20% do valor do salário mínimo (R\$ 415,00), prevalecente na maior parte do ano.

O Gráfico 12 mostra a evolução do número de famílias beneficiadas e o montante de recursos aplicados. Nota-se que já em 2003, ano da unificação dos diversos programas anteriores e de criação do PBF, foram beneficiadas 3,6 milhões de famílias. Este número chegou a 12,9 milhões de famílias em 2010. Os recursos aplicados passaram de R\$ 3,4 bilhões, em 2003, para R\$ 13,1 bilhões em 2010. O crescimento no número de famílias foi de 458% e o crescimento dos recursos de 485%, entre 2003 e 2010.

Para o Brasil como um todo, 19,5% dos domicílios recebiam o benefício. Em termos regionais, o Estado de Santa Catarina é o que apresentava o menor percentual de domicílios com famílias beneficiárias (6,9%), enquanto o Maranhão apresentava um percentual de 47,6%. De modo geral, pode-se dizer que os estados menos desenvolvidos são os que apresentavam os maiores percentuais de beneficiários do

Gráfico 12 Número de famílias beneficiadas e recursos aplicados pelo PBF, Brasil: 2003-2010



Fonte: MDS, 2010. <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/balanco-mds-2003-2010/bolsa-familia>.

PBF, enquanto os estados mais desenvolvidos apresentavam os menores percentuais, como São Paulo, que tinha 8% dos domicílios com famílias beneficiárias.

Os benefícios do Programa Bolsa Família são transferidos preferencialmente para as mulheres, sejam elas as responsáveis pelo domicílio (em famílias monoparentais femininas) ou na condição de cônjuge. Segundo a avaliação do CEDEPLAR (2007) a transferência dos recursos para as mulheres aumenta o seu “empoderamento”, mais no sentido de maior autonomia decisória quanto à alocação e ao uso de determinados recursos domiciliares do que no sentido de maior igualdade de relações de gênero, com efeito sobre a alocação dos recursos para os filhos residentes no domicílio. Considera-se que existe uma relação positiva entre o poder de barganha das mulheres e uma melhor alocação de recursos para os membros mais vulneráveis dos domicílios: as crianças.

Segundo Cunha (2007): “Ao optar pela mulher como responsável por receber o benefício, o Bolsa Família se transformou num importante instrumento de autonomia e ‘empoderamento’ das mulheres. Esse gesto simples representa independência, autonomia e cidadania para muitas delas”.

Contudo, diversos estudos sobre programas de transferência de renda mostram que privilegiar a mulher como titular do benefício, ao invés de promover a autonomia feminina, pode fortalecer o papel tradicional da mulher como dona de casa e cuidadora do lar, jogando nas costas da família a principal responsabilidade pelo combate à pobreza: “*Los programas refuerzan la división social de género en donde las mujeres tienen que ser antes de todo buenas madres. La mujer esta considerada de manera muy tradicional, sirviendo a su familia, guardiana de los valores de virtud moral, altruismo, sacrificio: es un ‘ser para otros’*” (ARRIAGADA e MATHIVET, 2007, p. 30).

Uma avaliação do Impacto do Programa Bolsa Família feita pelo CEDEPLAR (2007) considerou que as famílias beneficiárias do PBF aumentaram seus gastos com alimentação, vestuários e educação infantil, possuindo menor probabilidade de desnutrição infantil. As crianças têm menor evasão escolar e maior tempo dedicado ao estudo, mas não encontrou menores taxas de reprovação. A cobertura de vacinação e de atendimento ao pré-natal não apresentou diferenças significativas para o Brasil entre beneficiários e não beneficiários. Quanto à participação laboral, os resultados apontaram diferenças positivas em termos da proporção de adultos ocupados no domicílio, indicando uma maior participação no mercado de trabalho dos beneficiários do Programa, não confirmando a hipótese de desincentivo ao trabalho (“efeito preguiça”). Contudo, foi constatada menor participação das mulheres beneficiárias na força de trabalho.

Outra avaliação realizada pelo IBASE (2008) teve como foco a Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas. A pesquisa confirmou também que os entrevistados declaram que o dinheiro do PBF é gasto principalmente com alimentação,

material escolar, vestuário e remédios. Na alimentação, cresceu principalmente o consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados, e, no geral, aumentou a dieta de alimentos de maior densidade calórica e menor poder nutritivo, fato que contribui para a prevalência do excesso de peso e a obesidade.

Os efeitos positivos do PBF na redução da extrema pobreza são uma constatação geral, mas a criação de “portas de saída” para a população pobre ainda é uma expectativa que não foi contemplada de forma adequada. Para que haja a verdadeira erradicação da pobreza, é preciso que se articulem as políticas de transferência de renda com a formação de capital social e com uma política de pleno emprego produtivo e decente, articuladas com medidas de conciliação entre trabalho e família, justiça de gênero e a universalização da educação brasileira. Só assim a população pobre deixará de ser tutelada, atingirá a maioria na vida social e conquistará a emancipação individual e familiar, produzindo os seus próprios meios de vida e se construindo como sujeito autônomo e solidário (ALVES, CAVENAGHI, 2009).

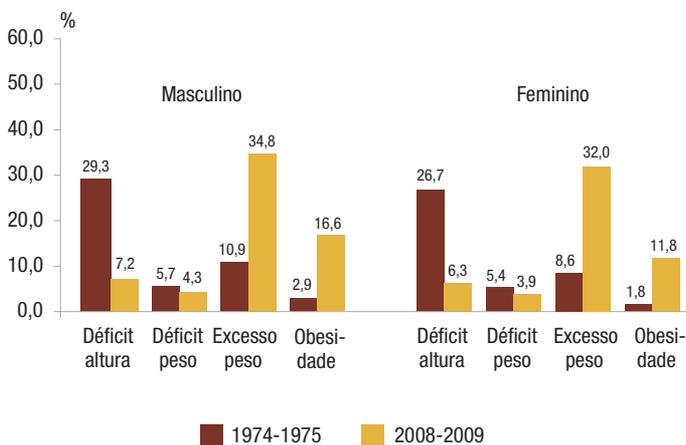
O PBF foi criado e ampliado em uma época que havia altas taxas de desemprego e a parcela da população vivendo em condições de insegurança alimentar era muito alta. Contudo, para o próximo quinquênio, a economia brasileira deverá manter níveis de atividade próximos do pleno emprego e o problema da fome e o da desnutrição têm se tornado menos graves do que o problema da obesidade (como veremos mais à frente). Nesta situação, é preciso repensar uma forma de articulação entre o PBF e a qualificação profissional e a intermediação do emprego.

Combate à fome, desnutrição e obesidade

Na década de 1990, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou a campanha Ação pela Cidadania: contra a fome, a miséria e pela vida. Houve também o lançamento da campanha Natal sem fome. Seguindo nesta trilha que mobilizou a sociedade civil brasileira, a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, tinha como carro-chefe da área social a campanha do “Fome Zero”. Depois de eleito, o novo presidente lançou o Programa Fome Zero em substituição ao Programa Comunidade Solidária, do governo anterior. Mas, em poucos meses de governo, o Programa Fome Zero foi transformado no Programa Bolsa Família, lançado com um escopo social mais amplo.

Na verdade a questão da fome e da desnutrição, embora seja uma preocupação constante das políticas públicas, deixou de ser uma questão prioritária, pois, em termos de saúde pública, as questões do excesso de peso e da obesidade passaram a merecer importância crescente. Os bons resultados obtidos pelo Brasil, nas três úl-

Gráfico 13 Evolução de indicadores antropométricos da população de 5 a 9 anos de idade, por sexo, Brasil, períodos 1974-75 e 2008-09



Fonte: IBGE, Comunicação Social 27/08/2010, com base na ENDEF 1974-1975 e POF 2008-2009.

timas décadas, na luta contra os efeitos da fome e da desnutrição são demonstrados pelas comparações entre o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), realizado em 1974-1975, e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), em 2008-2009, ambos do IBGE. O Gráfico 13 mostra que o déficit de altura (importante indicador de desnutrição) caiu de 29,3%, em 1974-1975, para 7,2%, em 2008-2009, entre meninos, e de 26,7% para 6,3% entre as meninas. O déficit de peso caiu de 5,7% para 4,3%, entre os meninos, e de 5,4% para 3,9% entre as meninas, no mesmo período. Nota-se que os indicadores das meninas são, em geral, melhores do que os dos meninos.

O problema da desnutrição está sendo substituído pelo problema do excesso de peso. Uma em cada três crianças de 5 a 9 anos estava acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O excesso de peso subiu de 10,9%, em 1974-1975, para 34,82%, em 2008-2009, entre os meninos, e de 8,6% para 32,0% entre as meninas. A obesidade subiu de 2,9% para 16,6%, entre os meninos, e de 1,8% para 11,8% entre as meninas, no mesmo período.

A boa notícia da redução da fome e da desnutrição passou a ceder espaço para a má notícia da epidemia da obesidade. Calcula-se que no ritmo atual de crescimento do número de pessoas acima do peso, em 10 anos a obesidade atinja 30% da população – o mesmo índice encontrado nos Estados Unidos. Ou seja, a população brasileira não está se alimentando pouco, mas seguindo uma dieta nutricional pouco saudável. A POF 2002-2003 mostrou que as famílias estão gradualmente substi-

tuindo a alimentação tradicional – arroz, feijão, hortaliças – por bebidas e alimentos industrializados, como refrigerantes, biscoitos, carnes processadas e comida pronta. Ou seja, mais calorias e menos proteínas. Além do mais, em muitos casos, a dieta dos brasileiros tem sido prejudicial também ao meio ambiente, especialmente com o aumento da demanda de produtos da pecuária extensiva.

Considerações finais

A título de síntese, podemos dizer que o Brasil passou por um período bastante favorável na primeira década do Século XXI (a despeito da crise de 2009), com crescimento econômico, diminuição da pobreza e da fome, além da redução das desigualdades de renda e de gênero. Neste quadro, as políticas de proteção social, juntamente com as transformações demográficas ocorridas nas últimas décadas, possibilitou avanços no processo de mobilidade social ascendente.

O Brasil já cumpriu a meta 1 dos ODMs de erradicar a extrema pobreza pela metade (quando medida em termos de US\$ 1,25 PPP). Porém, a situação econômica do País permite traçar metas mais amplas. O governo de Dilma Rousseff, já na sua primeira semana, começou a desenhar um programa para erradicação da miséria nos próximos quatro anos. O sucesso da política de erradicação da miséria depende da continuidade do crescimento econômico e do emprego e de uma política pública que consiga articular a política de transferência de renda (Bolsa Família) com as demais políticas sociais – especialmente educação, saúde e habitação – no sentido de garantir uma inclusão produtiva para a população vivendo em situação de extrema pobreza. Isto quer dizer criar portas de saída da pobreza. O sucesso do Brasil nesta área poderia ter um grande efeito comparativo para os países em desenvolvimento e o Brasil poderia utilizar como exemplo na cooperação Sul-Sul.

O trabalho é um direito humano fundamental e uma garantia para a cidadania. O Brasil conviveu com taxas de desemprego muito altas nos últimos 30 anos (com exceção de curtos períodos, como no Plano Cruzado, em 1986). Porém, na primeira década do Século XXI houve uma aceleração da geração de empregos e uma redução nas taxas de desocupação. No final de 2010, algumas regiões metropolitanas já estavam vivendo uma situação próxima ao pleno emprego (quando há desemprego apenas friccional), embora quase a metade da PEA se encontre na informalidade. As mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho em ritmo superior ao sexo masculino. Mas, no geral, as mulheres (especialmente as jovens) ainda apresentam maiores taxas de desemprego, possuem maior participação no setor informal e ganham menos do que os homens. Neste sentido, o desafio para os próximos anos é avançar com as políticas de pleno emprego com trabalho decente, buscando reduzir as desigualdades de gênero, raça e geração. Se o Brasil for bem-sucedido na dinamização do mercado de trabalho isto traria ganhos para a erradicação da pobreza e para a promoção da autonomia e empoderamento das mulheres.

Como visto anteriormente, a população brasileira em idade escolar está se reduzindo em termos absolutos. Isto favorece o processo de universalização da educação e a melhoria da qualidade de ensino, constituindo-se em um bônus demográfico

educacional (SOARES, 2008). Se as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), para o período 2011/2020, forem colocadas em prática, o Brasil poderá dar um grande salto na formação dos cidadãos brasileiros e possibilitar um grande investimento em capital humano, com o consequente ganho de produtividade e a melhoria geral da qualidade de vida das pessoas, das famílias e do País. Por exemplo, a criação de creches, além de possibilitar avanços cognitivos das crianças, em geral, possibilita uma maior inserção produtiva das mães e, conseqüentemente, a redução da pobreza.

O Brasil tem o grande desafio de ampliar as conquistas sociais da última década e manter a sustentabilidade (econômica e ambiental) do desenvolvimento justo e inclusivo na atual e nas próximas décadas. Não é uma tarefa impossível, mas vai requerer muito esforço de toda a sociedade.

Referências

- ALVES, J.E.D, MARTINE, G. Gênero e Desenvolvimento: Desafios para a Integração e Atualização do Cairo. IVº Congresso da ALAP, Havana, 2010. Disponível em: http://www.alapop.org/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=621&Itemid=339.
- ALVES, J. E. D; BRUNO, M. A. P. . População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas, Caxambu, ABEP, 2006.
- ALVES, J.E.D. CAVENAGHI, S. Família, trabalho e pobreza nas políticas de transferência de renda: O caso do Programa Bolsa Família no Recife. Anais do VII ENABER, São Paulo, 2009.
- BARROS, R. P., HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. S. P. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão n.º 800, 2001.
- CAMPOS FILHO, Antônio C. Transferência de renda com condicionalidades e desenvolvimento de capacidades: Uma análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no Município de Nova Lima, Tese de doutorado, Fiocruz, Rio de Janeiro, Agosto de 2007.
- CARVALHO, Jose Alberto M., WONG, Laura R. (1995). A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil. Working paper. Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte.
- CEDEPLAR, Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - Sumário Executivo, MDS, Brasília, outubro de 2007. Disponível em: www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/.../sumario_executivo_aibf.pdf.
- CEPAL, Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade? XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, Brasília de 13 a 16 de julho de 2010 <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/40129/P40129.xml&xsl=/mujer/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>.
- DIEESE, Nota Técnica, n. 62, março de 2008. <http://www.dieese.org.br/areaAssinante/notatecnica/notatec.xml>.
- IBASE, Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas, Documento Síntese, Ibase, Rio de Janeiro, Junho 2008. www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf.
- IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – vários anos.
- IPEA. Relatório Nacional de Acompanhamento – ODM, Brasília, março 2010.
- IPEA, Comunicado da Presidência nº 66. PNAD 2009 - Primeiras análises: Situação da educação brasileira - avanços e problemas, 18 de novembro de

2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf.

IPEA, Comunicado da Presidência nº 64. PNAD 2009 – Primeiras Análises: Tendências Demográficas 13 de outubro de 2010 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101013_comunicadoipea64.pdf.

IPEA, Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego. Brasília, 2010.

IPEA, Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODMs, Brasília, 2010 <http://www.portalodm.com.br/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-4-relatorio-nacional-de-acompanhamento--bp--279--np--1.html>.

MDS. Dados Evolução 2004 – 2007 (do Programa Bolsa Família), 2008, Disponível em: <http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas>.

MDS. Sistema de Informações da SENARC, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizsrch.asp>.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Economia Brasileira em Perspectiva, Brasília, 7 edição, jun/jul 2010. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Jun-Jul10.pdf>.

SOARES Sergei. O Ritmo de Queda na Desigualdade no Brasil é Adequado? Evidências do Contexto Histórico e Internacional. IPEA, Texto para Discussão n. 1339, Brasília, maio de 2008.

UN/ESA. World Population Prospects: The 2008 Revision, <http://esa.un.org/unpp>.

WAJNMAN, S.; MENEZES, N. Os efeitos da mudança demográfica sobre a desigualdade de rendimentos no Brasil. In: WAJMANN; MACHADO (Orgs.). Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

WAJNMAN, Simone; MARRI, I.; TURRA, C. M. Os argumentos de proteção social e equidade individual no debate sobre previdência e gênero no Brasil. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu, MG, 2008.

WICKERT, Magali. Assistência Social: benefícios e previsão constitucional. Revista Doutrina, TRF, 4 Região, 2008. Disponível: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao025/magali_wickert.html.

WONG, L., CARVALHO, J. A. M. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 2005.

